# OS IMPACTOS DA LEI MUNICIPAL 3.029/2025 E A LAICIDADE NA ESCOLAS MUNICIPAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA

**Isabela Reis Nascimento**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4860-4754
Endereço Eletrônico: isreis03@hotmail.com

**Palavras-chave:** Laicidade; Lei Municipal 3.029/2025; racismo religioso; educação antirracista; infâncias de terreiro.

## INTRODUÇÃO

A laicidade do Estado é um princípio fundamental para assegurar a liberdade religiosa e a dignidade de todos os estudantes no espaço público escolar. No entanto, a escola brasileira, historicamente atravessada por uma herança colonial e eurocêntrica, muitas vezes atua como reprodutora de desigualdades e mecanismos sutis de exclusão, como o racismo religioso. O objeto central desta pesquisa é a análise da Lei Municipal nº 3.029/2025, que autoriza o uso da Bíblia como material de apoio pedagógico na rede municipal de Vitória da Conquista. O objetivo é investigar como essa normativa afeta a laicidade e tensiona a implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira. A justificativa do problema reside no fato de que a priorização de uma única matriz religiosa no currículo pode aprofundar o silenciamento de estudantes de matriz africana, legitimando discursos que marginalizam seus saberes ancestrais**.**

## METODOLOGIA

Este resumo é parte da discussão realizada na Monografia intitulada de “Dialogos possíveis entre terreiro e escola: práticas pedagógicas para o enfrentamento do racismo religioso” e analisa as tensões entre a legislação educacional antirracista e as normativas locais que impactam a laicidade do Estado no ambiente escolar, focando especificamente nos

efeitos da Lei Municipal nº 3.029/2025 de Vitória da Conquista-BA. O percurso metodológico envolveu três etapas: análise documental, observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas com educadores, gestores e lideranças religiosas. A análise interpretativa dos dados foi guiada pela sociologia da infância e perspectivas decoloniais, buscando articular o "currículo prescrito" (leis e documentos) com o "currículo vivido" no cotidiano escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação da Lei nº 10.639/2003 representa uma conquista histórica dos movimentos negros, visando romper com a invisibilização de conteúdos ligados às identidades e culturas afrodescendentes nos currículos escolares. No entanto, o racismo religioso manifesta-se de forma estrutural no cotidiano escolar, gerando estigmatização e violência simbólica contra estudantes que se identificam com as tradições de matriz africana. Casos reais registrados em Vitória da Conquista exemplificam essa violência, noticiados na reportagem do Conquista Repórter, “Mais de vinte anos após a Lei 10.639, racismo religioso ainda é realidade nas escolas” que relatam acusações e agressões contra crianças, como o exemplo de uma criança que foi agredida em uma van escolar por relatar sua participação em rituais do Candomblé.

A escola ainda apresenta profundas dificuldades em reconhecer e acolher as vivências dessas crianças, o que resulta em uma "política do quase", onde a legislação existe formalmente, mas sua aplicação é episódica e fragmentada. Um fator que agrava consideravelmente esse cenário é a aprovação da Lei Municipal nº 3.029/2025, que autoriza o uso da Bíblia como material de apoio pedagógico na rede municipal, o que é visto como um avanço do fundamentalismo religioso e uma ameaça direta ao princípio da laicidade escolar. Essa medida estabelece uma hierarquia simbólica que prioriza a matriz cristã no currículo municipal, legitimando uma única visão de mundo e aprofundando o silenciamento de estudantes de matriz africana. A pesquisa evidenciou que essa priorização de uma monocultura religiosa tende a validar estigmas que associam tradições como o Candomblé ao "mal" ou ao "ocultismo", transformando a escola em um local de reprodução de preconceitos em vez de construção crítica do conhecimento.

A discussão demonstra que tal lei gera uma contradição direta com a Lei nº

10.639/2003. Enquanto a lei nacional busca valorizar a diversidade e os saberes afro-brasileiros, a normativa municipal fortalece uma estrutura de branquitude e hegemonia religiosa. Os dados de campo confirmam esse impacto: as crianças de terreiro relataram medo de expressar sua identidade, desenvolvendo estratégias de silenciamento para evitar agressões e piadas. Educadores também revelaram insegurança e falta de formação para lidar com essas tensões, frequentemente optando pela omissão pedagógica ou pelo tratamento superficial de episódios de racismo religioso. Esse cenário configura o que se denomina "política do quase", onde iniciativas antirracistas existem formalmente, mas são barradas na prática por resistências ideológicas e novas leis de caráter confessional.

## CONCLUSÕES

Conclui-se que a Lei Municipal nº 3.029/2025 compromete a função social da escola de formar sujeitos capazes de respeitar a pluralidade cultural e religiosa. A laicidade não é apenas a ausência de religião, mas a garantia de que nenhuma crença seja imposta como norma pedagógica, protegendo a dignidade das infâncias de terreiro. O enfrentamento do racismo religioso exige que a escola recuse a lógica da monocultura religiosa e assuma um compromisso ético com a interculturalidade. Para que a Lei nº 10.639/2003 seja efetiva, é imperativo que o Estado assegure que o terreiro seja reconhecido como um espaço de saber legítimo, impedindo que legislações locais retrocedam em direitos conquistados e aprofundem a marginalização histórica da população negra e suas tradições sagradas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. **(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

CAPUTO, Stela. **Educação nos terreiros:** e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 26, p. 443-464, 2005.

COSTA, Karina; FILIPPO, Clara. **Mais de vinte anos após a Lei 10.639, racismo religioso ainda é realidade nas escolas.** Conquista Repórter. Vitória da Conquista, BA, 7 nov. 2024.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (orgs.). **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **O branco e a branquitude:** letramento racial e formas de desconstrução do racismo. Portuguese Literary and Cultural Studies, p. 171-189, 2022.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Lei nº 3.029, de 1º de agosto de 2025**. Vitória da Conquista: Câmara Municipal, 2025.